

Operação Tempus Veritatis

Valdemar falou em pressão de Bolsonaro para questionar urna

Presidente do PL disse à PF que aliado e deputados pediram que ele entrasse com uma ação no TSE contestando pleito

RAYSSA MOTTA

O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, afirmou em depoimento à Polícia Federal, na investigação sobre suposta tentativa de golpe planejada por Jair Bolsonaro (PL), que foi pressionado pelo ex-presidente e por deputados do partido a entrar com ação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para questionar o resultado do segundo turno das eleições de 2022. “Nunca foi apresentado nada consistente”, afirmou.

Valdemar foi ouvido no dia 22 de fevereiro, mas só agora o ministro Alexandre de Moraes, relator da investigação no Supremo Tribunal Federal (STF), levantou o sigilo do depoimento, junto com o de outros investigados. No dia da Operação Tempus Veritatis,

em 8 de fevereiro, o dirigente foi alvo de buscas, mas acabou sendo preso em flagrante por posse ilegal de arma. Ele foi solto dois dias depois.

Após a derrota de Bolsonaro, o PL pediu a anulação de todos os votos de 279,3 mil urnas eletrônicas alegando que houve “mau funcionamento” do sistema. A legenda foi multada pelo TSE em R\$ 22,9 milhões por “má-fé”.

Segundo Valdemar, a pressão para dar entrada no processo teve início após a divulgação do relatório produzido pelo Instituto Voto Legal, contratado pelo partido para “fiscalizar o andamento das eleições”. O documento apontou supostos problemas nos modelos de urna eletrônica lançados antes de 2020, que têm um número de série único.

“Indagado se o então presidente Jair Bolsonaro insistiu com o declarante para ajuizar ação no TSE questionando o resultado das urnas eletrônicas, respondeu que, quando houve o vazamento do relatório do Instituto Voto Legal, deputados do Partido Liberal e



Valdemar ao deixar a PF, em fevereiro; dirigente foi preso em flagrante na Operação Tempus Veritatis

então presidente Bolsonaro o pressionaram para ajuizar tal ação no TSE”, diz um trecho do termo de depoimento.

O Instituto Voto Legal foi indicado para o PL pelo senador Marcos Pontes (PL-SP), na época ministro da Ciência,

“(Valdemar Costa Neto disse que) Deputados do PL e então presidente o pressionaram para ajuizar tal ação no TSE”

Trecho do depoimento do presidente do PL, Valdemar Costa Neto

Tecnologia e Inovação, e recebeu R\$ 1 milhão do partido. Valdemar isentou o Republicanos e o Progressistas, partidos que faziam parte da coligação com o PL nas eleições. Ele afirmou

que as legendas não chegaram a ser consultadas sobre a ação no TSE e não deram autorização para a iniciativa.

Os investigadores também questionaram o motivo das visitas de Valdemar a Bolsonaro na reta final do governo. A PF acredita que reuniões tenham sido convocadas pelo então presidente para articular um plano golpista. O presidente do PL esteve pelo menos sete vezes no Palácio da Alvorada após a derrota no segundo turno, conforme registros de acesso à residência oficial.

“LUTO”, Valdemar afirmou que foi checar o “estado de espírito” de Bolsonaro e que as visitas “eram sempre para tentar animar o presidente, que estava muito abatido”. “Não havia fluxo de pessoas, o presidente quase não conversava com nin-

guém e o clima era de luto”, narrou. Ele negou ter tomado conhecimento ou participado de reuniões golpistas.

Já o ex-chefe do Comando de Operações Terrestres do Exército (Coter), general Estevam Theophilo, admitiu em depoimento à PF que esteve três vezes no Alvorada depois do segundo turno das eleições. O general prestou depoimento no dia 23 de fevereiro, confirmou os encontros na residência do então presidente, mas negou que tenham falado de golpe. Um dos encontros, segundo ele, foi para entregar um “presente institucional”.

Mensagens apontam Theophilo como “responsável operacional” por arremataram Forças Especiais do Exército, os “kids pretos”, para prender Moraes. Em depoimento, ele disse não saber do plano. ●

ESTADÃO

Itaú
PersonalitéESTADÃO
BLUE STUDIOUm projeto
ONDE INVESTIR

MorningCall

Os principais acontecimentos que impactam os seus investimentos

TODAS AS
SEGUNDAS-FEIRAS
ÀS 9H15



TAMBÉM DISPONÍVEL EM PODCAST
E NO ESTADÃO NOTÍCIAS

Assista pelas mídias sociais do Estadão e do Itaú Personalité

Ataque à democracia

STF tem maioria para 1ª absolvição do 8/1

O Supremo Tribunal Federal formou maioria para absolver, pela primeira vez, um réu do 8 de Janeiro: o serralheiro Geraldo Filipe da Silva, que estava em situação de rua à época dos ataques na Praça dos Três Poderes. Cinco ministros seguiram o voto do relator, Alexandre de Moraes, e entenderam que não há provas suficientes de que o acusado “se uniu” aos extremistas, “aderindo dolosamente ao intento de tomada do poder e destruição” do Planalto, do Congresso e do STF. Silva foi preso em flagrante no dia dos atos, mas, em depoimento, negou ter tido a intenção de participar dos ataques e disse que estava no local por curiosidade. Seu alvará de soltura foi emi-

tido em novembro do ano passado, após dez meses e 16 dias de cárcere. A ação penal contra o serralheiro é analisada em julgamento no plenário virtual do STF. Seguiram o relator os ministros Cristiano Zanin, Flávio Dino, Cármen Lúcia, Dias Toffoli e Luís Roberto Barroso. Até o encerramento da sessão, os magistrados podem mudar seus votos e os demais integrantes da Corte devem depositar suas manifestações.

Caso a maioria formada no julgamento se mantenha, Silva será o primeiro réu do 8 de Janeiro a ser absolvido de todos os crimes imputados na denúncia – associação criminosa armada, abolição violenta do estado democrático de direito, golpe de Estado, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado. ● PÉPITA ORTEGA

PRESTADOR DE SERVIÇOS DE JORNALISMO
Prestador.com - 11 604 2712 4604
CNPJ nº 08.053.258/0001-10

pressreader